

TEXTO PARA DISCUSSÃO V. 29

SÉRIE 3 – IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

**DE TAPUITAPERA A VILLA D'ALCÂNTARA: CIDADES
PORTUGUESAS, PLANEJADAS OU ESPONTÂNEAS?**

Grete Pflueger

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Olinda 2008



Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Missão

O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

Diretoria

Jorge Eduardo Tinoco, Diretor Geral
Mônica Harchambois, Diretor
Juliana Barreto, Diretor
Flaviana Lira, Diretor

Conselho de administração

Silvio Mendes Zancheti, Presidente
Tomás de Albuquerque Lapa
Ana Rita Sá Carneiro
Fernando Diniz Moreira
Virginia Pitta Pontual

Suplentes

Luis de La Mora
Fernando Diniz
Norma Lacerda

Conselho fiscal

Vera Milet Pinheiro, Presidente
Natália Vieira
Norma Lacerda

Suplentes

Fátima Alves Mafra
Magna Milfont
Rosane Piccolo

Texto para Discussão

Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Editores

Gestão da Conservação Urbana

Natália Vieira, Renata Cabral e Vera Milet Pinheiro

Gestão de Restauro

Jorge Eduardo L. Tinoco, Mônica Harchambois e Roberto Dantas de Araújo

Identificação do Patrimônio Cultural

Ana Rita Sá Carneiro, Magna Milfont e Virginia Pontual

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Rua Sete de Setembro, 80
Olinda – PE
53020-130 – Brasil
Tel/Fax.: (55 81) 3429-1754
textos@ceci-br.org
www.ceci-br.org

FICHA BIBLIOGRÁFICA

Autor: Grete Pflueger

Título: *DE TAPUITAPERA A VILLA D'ALCÂNTARA: CIDADES PORTUGUESAS, PLANEJADAS OU ESPONTÂNEAS?*

Editora: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Tipo da publicação: Textos para Discussão – Série 3 – Identificação do Patrimônio Cultural

Local e ano de publicação: Olinda, 2008

ISSN: 1980-8267

DE TAPUITAPERA A VILLA D'ALCÂNTARA: CIDADES PORTUGUESAS, PLANEJADAS OU ESPONTÂNEAS?

Resumo

Estudo sobre a formação da cidade de Alcântara no Maranhão, estabelecendo um diálogo entre o urbanismo e a história, por meio da caracterização da composição urbana e arquitetônica da cidade nos diferentes momentos da formação, questionando a existência do planejamento urbano na perspectiva de que o resgate da formação urbana é um instrumento fundamental à compreensão dos dilemas do planejamento urbano da cidade atual. A cronologia de longa duração percorre três séculos investigando inicialmente as origens da cidade a partir da hipótese da povoação transitória de Nazaré e da aldeia indígena Tapuitapera, ponto estratégico de passagem dos conquistadores europeus no século XVI, a aldeia religiosa de Santo Antonio D'Alcantra no século XVII marcada pela presença religiosa até a sede da aristocracia rural agro exportadora de algodão do século XVIII, quando finalmente consolida sua formação urbana e arquitetônica. Estabelecendo -se uma comparação com a cidade de Mariana em Minas Gerais dentro do contexto do Barroco.

Palavras chave: Alcântara no Maranhão formação urbana, cidades coloniais brasileiras.

INTRODUÇÃO

A formação urbana das vilas e cidades no Brasil colonial tem sido objeto de ampla investigação por parte de historiadores, arquitetos e urbanistas brasileiros e portugueses preocupados em desvendar aspectos obscuros das nossas origens urbanas.

A abertura dos arquivos europeus, a parceria em pesquisas entre os governos Brasileiro e Português e as recentes produções acadêmicas estão proporcionando novas abordagens sobre a formação das cidades e a experiência do planejamento urbano no Brasil.

Estes olhares buscam compreender a formação das cidades, a partir das especificidades locais e da visão do conjunto das vilas e cidades do Brasil colonial. As contribuições não esgotam a discussão acerca das cidades terem sido ou não planejadas, tendo surgido uma outra interpretação que admite a efetividade de diversos modos de planejamento respectivos aos momentos da formação de cada cidade.

Observou-se que algumas vilas e cidades brasileiras fundadas no século XVII, sem a presença de engenheiros militares, apresentavam maior espontaneidade na implantação das primeiras edificações religiosas, civis e militares, mesmo seguindo as regras determinadas pela Coroa portuguesa como a escolha do sítio e a implantação dos conjuntos urbanos. Contudo, no século XVIII a expansão e consolidação das cidades exigiram a sistematização de traçados inclusive com a articulação entre os primeiros conjuntos.

Nesta perspectiva, o presente estudo elucida a formação da cidade de Alcântara¹, estabelecendo um diálogo entre o urbanismo e a história, focalizando os elementos componentes da configuração urbanística. Para isto foi adotado como referencial às interpretações de Holanda (1989), Delson (1997), Santos (1968) e Reis Filho (2000), além das narrativas de historiadores maranhenses, dos relatos dos memorialistas, da base documental escrita e cartográfica.

A questão da existência ou não de planejamento na formação das cidades coloniais tem início em Buarque de Holanda (1989), no clássico capítulo IV – O semeador e o ladrilhador, onde está estabelecido uma comparação entre a colonização de espanhóis e portugueses fazendo analogia ao português semeador que criava cidades espontâneas ou com traçado irregulares (comuns no século XVII) e o espanhol ladrilhador que criava cidades como empresa da razão, contrariando a ordem natural e prevendo rigorosamente o plano em xadrez ou “Damero”.

Desse modo Buarque de Holanda lança uma das idéias fundadoras para análise das cidades brasileiras, colocando em questão a dualidade: planejadas ou espontâneas, regulares ou irregulares. Percebe-se a influência de sua obra em muitos dos que tem pesquisado sobre a formação das cidades nas décadas de 60 e 70, como, por exemplo, no estudo de Pedro Alcântara.

Esta interpretação foi refutada por Santos (1968), em a “Formação das cidades no Brasil colonial”, reconhecendo as influências medievais, revelando um compromisso entre a Idade Média e o Renascimento nos traçados das cidades. Ele critica a afirmação de Buarque de Holanda por enfatizar como caráter predominante da cidade colonial a desordem. Santos defende que na aparente desordem existe uma coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito.

Admite Santos a flexibilidade de traçados de formas inteiramente regulares, de relativa regularidade, que inicialmente foram irregulares e depois adquiriram perfeita regularidade. A classificação empreendida por Santos pode ser correlacionada com os casos em estudo de Alcântara e Mariana, onde está verificada a espontaneidade e organicidade da configuração urbanística inicial respectiva ao século XVII e regularidade e geometrização no século XVIII.

A americana Roberta Delson (1997)² expressa que a inexistência de planejamento no Brasil Colonial é um mito e questiona a afirmação de Buarque de Holanda quando diz que a cidade dos portugueses não é um produto mental. Centrada no século XVIII Delson trabalha os conceitos do traçado e plano diretor barroco nas praças e largos nas cidades coloniais.

Santos e Delson afirmam a existência de uma intenção mental na construção das cidades portuguesas no Brasil, pois a organicidade do desenho da traça não significa desleixo nem aleatoriedade. Delson é mais contundente, pois mostra que a construção das cidades no Brasil foi um dos projetos do Marques de Pombal, concretizado no século XVIII.

Reis Filho converge com Santos, ao considerar a formação das cidades brasileiras como fruto das experiências européias e admitir que mesmo em núcleos menores espontâneos a implantação dos primeiros edifícios religiosos e civis atendia a regras. Reis Filho ainda ressalta que muitos elementos urbanísticos se repetem nas cidades e que as funções complementares entre as mesmas conduziu a formação de uma rede urbana. Ao enfatizar que a regularidade dos traçados estava quase ausente no Brasil, até o início do século XVIII, estabelece um recorte temporal acerca da existência de intenção prévia na formação das vilas e cidades. No entanto,

1 Este artigo é parte da dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, em julho de 2002, intitulada “De Tapuitapera a Villa D’Alcântara: composição urbana e arquitetônica de Alcântara no Maranhão”, sob a orientação da Profª Virgínia Pontual.

2 O seu livro *Novas vilas para o Brasil Colonial*, sua tese de Doutorado em Estudos Latinos Americanos e História na Universidade de Colúmbia.

casos como o de São Luís são exceções devido à presença do Engenheiro-mor Frias de Mesquita. Na sua análise, Alcântara se enquadra na classificação dos núcleos menores instalados em colinas com traçados de relativa regularidade e ruas adaptadas à topografia, cuja valorização se dá por meio de praças.

Cabe destacar o estudo do arquiteto Pedro Alcântara por considerar que a cidade de Alcântara apresenta uma formação espontânea, tese esta contestada no presente estudo. Esse estudo foi elaborado para orientar a solução de problemas urbanísticos na cidade quando atuou como arquiteto de patrimônio histórico entre os anos de 1959-1965. Deste estudo foram utilizados dois documentos importantes: o plano de recuperação de Alcântara de 1963, elaborado pelo mesmo e pela arquiteta Dora Alcântara, publicado na Revista Acrópole nº 384 de abril de 1971; e os croquis elaborados também por esse arquiteto, mostrando a evolução urbana de Alcântara, constantes da documentação da mesma pesquisa sobre essa cidade.

Outra importante contribuição foi o estudo de Fonseca (2000), por apresentar uma abordagem similar a presente pesquisa, permitindo tomar a cidade oitocentista de Mariana em Minas Gerais como comparação. Fonseca argumenta ter ocorrido em Mariana a fusão de duas experiências urbanísticas a do arraial espontâneo do século XVII e a experiência reguladora do engenheiro Alpoim, no século XVIII, definindo dois momentos na formação da cidade: o espontâneo e o planejado. Constatação efetivada também para Alcântara.

A longa duração foi adotada de modo a ser apreendida a formação da cidade do século XVI até o século XVIII, desde o período das navegações e povoações transitórias, passando pela aldeia Tapuitapera até a Villa de Santo Antônio de Alcântara.

O conhecimento do corpo documental, assim como a verificação e confrontação dos fatos foram posturas seguidas atentamente. Especificamente para o estudo da configuração urbanística foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: análise dos estudos desenvolvidos pelo arquiteto Pedro Alcântara sobre a evolução urbana de Alcântara; levantamento das datas de construção das principais edificações tomando como base o mapa de 1970; análise dos elementos urbanísticos (sítio, conjunto urbanos, traçado, ruas, quadras, lotes e edificações notáveis) a partir dos mapas de 1755 e 1779; cruzamento dos dados da pesquisa histórica, contidos nas descrições da Villa e na cartografia, com a observação da cidade atual inclusive o mapa de 1970.

As fontes primárias consistiram em documentos arquivísticos, bibliográficos e iconográficos; enquanto as fontes secundárias constaram de referências bibliográficas de escritores maranhenses e de autores voltados para arquitetura e urbanismo. Estas fontes foram levantadas em instituições de São Luís, Alcântara e Rio de Janeiro. Na primeira cidade foram visitados a Biblioteca Pública Benedito Leite, a Associação Comercial do Maranhão, a Casa Josué Montello, o Arquivo Público Estadual, a 3ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado, o Programa de Desenvolvimento Turístico, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Maranhão. Na segunda cidade foram visitados o Cartório de Ofícios, a Prefeitura Municipal e o Museu Histórico de Alcântara. Na terceira cidade foram visitados a Biblioteca Nacional, o Museu e a Mapoteca do Itamaraty, o Real Gabinete de Leitura Portuguesa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Ministério de Educação e Cultura.

A narrativa apresentada está dividida em três partes, especificando para cada século os fatos urbanísticos e as marcas da ocupação portuguesa constantes em Alcântara. Da comparação com a cidade de Mariana, pode-se afirmar que as duas cidades passaram por processos similares no que diz respeito a suas origens espontâneas de arraiais religiosos no século XVII evoluindo no século XVIII para um a formação mais regular decorrente da expansão da cidade com a conformação de ruas e quadras em torno das primeiras edificações.

Os vestígios da ocupação de Alcântara no século XVI: a povoação de Nazaré e a forma espacial das aldeias indígenas

O resgate documental da história do Maranhão no século XVI é marcado pela dúvida da existência da povoação de Nazaré. Sua implantação está relacionada ao primeiro ciclo das navegações, por propiciar acesso ao “Eldorado do Peru” através dos rios do golfo maranhense. Esta demonstrada por meio da cartografia, à existência de numerosas aldeias de índios tapuias dentre elas “Tapuitapera”, que exerceu importante papel na conquista do Maranhão nos primórdios da colonização francesa e portuguesa.

Carlos Lima (1998), historiador maranhense, ressalta que Tapuitapera era um ponto natural de articulação de trânsito entre São Luís e Belém e as zonas ocidentais da baixada reforçando sua importância como ponto estratégico, político e comercial.

“Situada entre duas bacias hidrográficas que cumpre a Portugal e Espanha defender, portas que se supunha dos sonhados tesouros peruanos, era também rota de abastecimento da capitais e locais onde se vinculam caminhos terrestres (estrada do correio de Tapuitapera a Belém) e as vias de navegação fluvial e litorânea” (Lima, 1998; p. 38).

Dois autores Alcântara (1970) e Meireles (1996), dividem uma hipótese que o local ocupado pela capitania de Cumã e pela aldeia Tapuitapera corresponde na cartografia do século XVI a um povoamento transitório chamado Nazaré:

“As terras em que se situa Alcântara, antiga Tapuitapera, desempenharam papel relevante na história, foram ocupadas desde 1º século, mapas quinhentistas permitem especular sobre a instalação nelas da legendária cidade de Nazaré” (Alcântara, 1970).

O historiador Mário Meireles (1982) questiona: como poderia uma cidade ter sido esquecida na crônica francesa dos capuchinhos (1612) e nos relatos da conquista portuguesa (1615) e ter apenas aparecido na cartografia holandesa?

Embora a cartografia portuguesa não faça referência a Nazaré, o mapa de autoria do holandês Arnold F. van Langeren de 1595 (ver Fig. 1 em anexo), mostra informações das Províncias e das diferentes etnias indígenas. Nele Nazaré localiza-se na lateral esquerda na reentrância do golfo maranhense e está indicada com elevações de edificações nas proximidades do local onde Tapuitapera está indicada na cartografia do século XVII. No desenho observa-se o acesso à ilha de São Luís recortada pelos rios Anil e Bacanga, além das indicações de *O. Maranhon* (com elevações de edificações) e *F. de S. Sebastian*.

A imprecisão dos mapas, revelando somente a costa do Maranhão favoreceu a controvérsia quanto à localização da povoação de *Nazaré* ora nas proximidades da ilha de São Luís ora nos arredores de Alcântara. Embora não se tenha documentação que esclareça esta questão é adotada a hipótese da existência de Nazaré; assim como, a cronologia da ocupação portuguesa, pois de fato as primeiras referências a Alcântara aparecem na cartografia do século XVII, com o registro de Tapuitapera – aldeia de índios Tupinambás e da capitania de Cumã doada a Antônio Coelho de Carvalho em 1662.

As primeiras descrições de Tapuitapera estão contidas na obra do padre capuchinho Claude D’Abbeville, que permaneceu no Brasil entre agosto e dezembro de 1612 e escreveu “História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas” editado em 1632, inclusive explicando o significado da toponímia da aldeia:

“Tapouytapera, nome do lugar, que é também o nome de toda a província e significa a villa onde habitam os Tapouys. Tapuitapera, de tapui, - o bárbaro, o gentio e tapera, o lugar”. (D’Abbeville, 1975; p. 120).

A forma de organização espacial inerente à cultura dos Tapuias/Tupinambás marcou a ocupação inicial das terras de Alcântara estrategicamente posicionadas para a conquista do território maranhense.

Carlos Fausto (1992; p. 382-95), explica que há uma dificuldade no relato dos cronistas com relação à correta denominação das nações indígenas. O termo Tupinambá foi utilizado para designar todo o conjunto Tupi da costa brasileira, compreendendo um universo de nações e castas encontradas pelos cronistas no século XVI no Maranhão, no Pará e ilhas. Os tapuias, de acordo com Vainfas (2000) eram junto aos Tupis, os dois grupos de ameríndios classificados pelos portugueses. O termo Tapuia não constitui um etnônimo, eram povos que possuíam línguas e culturas diversas, tendo sido caracterizados na documentação quinhentista como bárbaros.

As aldeias Tupinambás, de acordo com Fausto (1992), eram compostas de um número variável de malocas, em geral quatro ou oito, dispostas em torno do pátio central, implantada harmonicamente. As malocas eram grandes casas de palha e madeira destinadas à habitação coletiva. Não representavam apenas a moradia mais de acordo com Wright (1992; p. 255), eram um “microcosmo que condensavam todo universo mítico da aldeia”.

Cada aldeia possuía uma população que variava entre 500 e 3.000 índios. Florestan Fernandes (1989), estudioso dos Tupinambás, afirma não ter encontrado nos cronistas nada de significativo sobre a articulação de grupos locais em unidades mais amplas o que dificultou determinar as unidades sociais significativas e suas fronteiras.

A localização das aldeias no Maranhão era conhecida dos franceses, que navegavam nessas costas desde o século XVI e eram aliados dos Tupinambás. D’Abbeville (1975; p. 140-5), destaca a existência de vinte e sete aldeias na Ilha de São Luís e entre quinze e vinte aldeias indígenas em Tapuitapera.

A identificação dos aldeamentos indígenas próximos as das povoações coloniais, segundo Perrone-Moises (1992: p. 116-21), significava uma política indigenista implícita. Havia no Brasil Colonial, índios aldeados e aliados a portugueses e índios inimigos espalhados pelos sertões. A relação de vizinhança entre os espaço de portugueses e dos índios era uma forma de garantir a segurança e a mão de obra necessária à construção da colônia.

A polêmica sobre da localização e existência da povoação de Nazaré e a descrição da forma espacial das aldeias indígenas compõem os principais vestígios da ocupação do território no século XVI do que vem a ser a aldeia religiosa de Santo Antônio D’Alcântara. O resgate desses vestígios permite concluir que na ocupação do território da aldeia Tapuitapera, não existiu planejamento nos moldes realizados pela colonização portuguesa.

A villa religiosa portuguesa - século XVIII

O século XVII é o momento da transição da aldeia indígena para a vila religiosa portuguesa. A aldeia Tapuitapera exerceu importante papel emprestando seus guerreiros aos conquistadores e sendo ponto de apoio nas guerras pelas conquista do território maranhense. Estas conquistas foram marcadas pelas presenças francesas (1612-1615), pela jornada dos portugueses (1615-1618) e pela invasão holandesa em 1641-44. Após estas ocupações, a conquista definitiva do território pelos portugueses foi marcada com a criação da Villa de Santo Antônio por meio da construção dos edifícios religiosos, da Casa de Câmara e Cadeia e do Pelourinho.

D’Abbeville (1975) relata a presença francesa no Maranhão desde a partida da França até a chegada na Ilha, da missa e do reconhecimento do território, até a expulsão e retorno. As informações de D’Abbeville são complementadas pela obra raríssima do seu superior Yves

D'evreux, “*Viagem ao norte do Brasil*”.³ Nesse relato, há descrições da chegada dos portugueses e minuciosas observações dos índios, da facilidade em ensinar-lhes ofícios franceses, das moléstias, mortes e funerais e sobre a astrologia tupi.

Os franceses já percorriam a costa do Maranhão desde o século XVI. Fundaram a cidade de São Luís em 1612, no intuito de concretizar o sonho da França Equinocial. Plano que viria a ser desmontado pelos portugueses com a realização de uma jornada. A Jornada do Maranhão, de 1614, relatada por Diogo Campos Moreno, constitui um episódio decisivo para a conquista dessa capitania pelos portugueses.

Em 1618, estabelecida à posse definitiva do território os portugueses começam a seguir as orientações deixadas pelo engenheiro mor do Brasil Francisco Frias de Mesquita para a recuperação da fortaleza e implantação da malha urbana desenhada por ele para São Luís. A cidade dos portugueses será descrita quase 22 anos depois quando o Maranhão foi invadido pelos holandeses entre 1640-1644. O relato dessa invasão consta do livro do historiador holandês Gaspar Barleüs (1974), sendo detalhado a passagem pelas terras do Maranhão e de Tapuitapera.

Dos vários relatos de memorialistas e historiadores pode-se considerar que a ocupação holandesa se efetivou em São Luís, tendo sido a aldeia de Tapuitapera um local de resistência dos portugueses. Assim como é verificado que as constantes visitas dos conquistadores a Tapuitapera revelam o início de uma relação de interdependência entre São Luís e esta aldeia indígena.

O primeiro donatário de Alcântara foi o desembargador do Paço Antonio Coelho de Carvalho a quem seu irmão Francisco d'Albuquerque Coelho de Carvalho, primeiro Governador do Maranhão, abusivamente doara terras, conforme confirmação régia de 15 de abril de 1644⁴. Antônio Carvalho elevou o Arraial então existente, em 22 de dezembro de 1648, mudando o nome indígena de Tapuitapera para o de Vila de Santo Antônio de Alcântara, sede da Capitania de Cumã, instituindo-lhe a Câmara, o Pelourinho e a Matriz.

Alcântara é um vocábulo árabe e significa “a ponte” e de acordo com Lima (1998; p. 60), deve-se o nome da vila ao ilustre taumaturgo Santo Antônio de Lisboa e Pádua e as gratas lembranças da Quinta Real de Alcântara, nos arredores de Lisboa.

A Vila de Alcântara é identificada em dois mapas do século XVII. O primeiro de 1631 de João Teixeira Albernaz, o velho, mostra o Maranhão (ver Fig. 2 em anexo), no trecho da costa que se estende até o Rio Tury à oeste, as aldeias dos índios distribuídas próximas das povoações com as diferentes etnias existentes no litoral, a geografia de São Luís recortada pelos dos rios com indicações das fortificações e a aldea e povoação de Tapitapera e Cumã sendo estes os dois pontos de interesse do conquistador. O segundo de 1666⁵, intitula-se “Demonstração do Maranhão até o rio Preguiças”, contido no livro “De toda a costa da província de Santa Cruz”, de João Teixeira Albernaz, o moço. Observa-se através do desenho aquarelado a presença dos elementos simbólicos da cartografia: a rosa dos ventos com uma flor de lis na ponta; duas barras de escala com pintura toques de ouro. No desenho onde se lê: povoação dos brancos estão representados simbolicamente quatro edificações separadas e onde se lê Tapitapera – o morro, apenas uma edificação, revelando a implantação da cidade e sua localização geográfica. Ou seja, a escolha do sítio para implantação da Vila foi influenciada pela ocupação da Aldeia

³ *Editado em 1874, inicialmente denominada, de Suíte de l'histoire des choses plus memorables advenues en Maragnan, les années de 1613 et 1615*, obra proibida que teve seus primeiros exemplares destruídos, pois a aliança entre a França e Espanha tornaram incomodas as lembranças da tentativa francesa no Maranhão. A única edição foi recuperada em 1864 e publicada por Ferdinand Denis com o nome *Voyage dans le nord du Brasil*. Em 2002 a siciliano reeditou o livro.

⁴ Manuscrito *Alcântara no antigo*. Obtido no cartório de Alcântara-Maranhão

⁵ *Portugalia Monumenta Cartográfica, n 180 -mapoteca do Itamaraty--RJ*.

Tapuitapera e pelas orientações de ocupação sobre colinas ou em terreno alto, ventilado, próximo ao mar de fácil defesa e controle.

Nas últimas décadas do século XVI, vieram para o Brasil três grandes ordens religiosas: beneditinos, carmelitas e franciscanos. Alcântara contou com a presença das ordens terceiras dos carmelitas e dos franciscanos, da ordem dos jesuítas e dos mercedários. Estas ordens construíram suas edificações religiosas entre 1648 e 1665.

De acordo com o manuscrito *Alcântara no antigo*, o convento de Nossa Senhora do Carmo foi fundado em 1665, sua construção foi iniciada em 1651, mas há controvérsias quanto à data correta de sua construção, variando entre 1647-1665. No entanto o Livro Grosso do Maranhão⁶ comprova a existência do convento através de uma solicitação de reforma do mesmo em 1691.

Em 1648 o donatário Antonio Coelho de Carvalho e sua esposa Maria Manoela Vilhena resolveram doar por alvará um sítio de sua propriedade para a construção do Convento das Mercês. O convento foi inaugurado entre os anos de 1658 e 1659. O primeiro padre a receber o hábito das Mercês foi o Frei João Cerveira, natural de Tapuitapera que, junto ao frei Marcos da Natividade, natural do Grão-Pará, fundaram o convento e atenderam aos habitantes da Vila instruindo e catequisando.

A comprovação da existência dessas edificações no século XVII é verificada nos relatos do padre da Companhia de Jesus João Felipe Bettendorfe (1910), em visita a Vila em 1699. Nestes relatos ele registra a propriedade e a existência de construções sólidas da arquitetura religiosa e da Câmara.

“Tem sua villa, chamada de Santo Antonio de Alcantra, com sua igreja de pedra e cal, e edificada do tempo do vigário geral, João Ferreira, tem mais sua Câmara, vigário, capitão mor e senado (...) e por esta razão há lá dois conventinhos, um de Nossa Senhora das Mercês e outro do Carmo, os quais, tendo sido mandado demolir, forão outra vez restituídos em seu prístino ser por comissão de sua majestade El rei Dom Pedro o 2º, que os tinha mandado derribar. Nesta vila nunca houve casa da companhia de Jesus, não porque não a desejassem os moradores della, offerecendo terras para esse fim, mas porque não houve fundação”. (Bettendorfe, 1910; p.20)

As igrejas foram localizadas em terrenos que tivessem visibilidade do litoral de modo que suas torres pudessem ser vistas pelas embarcações ao nível do mar, com as fachadas voltadas para o poente, formando três conjuntos urbanos. O primeiro foi o da Praça da Matriz, implantada estrategicamente no centro, de costas para o mar, onde foram edificados, a Igreja Matriz, dedicada a São Matias, o Pelourinho, a Casa de Câmara e Cadeia e o porto de acesso na praia dos Barcos. O segundo foi o do Largo das Mercês, com a igreja e convento e o terceiro foi o do Largo do Carmo, com a igreja e o convento.

A cartografia histórica e os relatos dos viajantes comprovam a origem da Vila ligada a implantação dos conjuntos urbanos de arquitetura religiosa das Mercês, do Carmo e da Matriz. Esta tríade religiosa marca o desenho da Vila no século XVII e os caminhos estabelecidos entre estas edificações firmaram as direções do traçado urbano no século XVIII.

Não se tem evidência da definição de normas ou regras específicas para a implantação dos conjuntos religiosos formadores da Vila de Santo Antônio D’Alcântara, no século XVII. Estes seguiram a experiência portuguesa de ocupação do território em função da defesa e da comunicação marítima.

⁶ In Anais da Biblioteca Nacional nº 66. Rio de Janeiro.

A villa de Santo Antonio d'Alcantra - século XVIII

Estabelecida como vila em 1648, ela segue até 1700 sem grandes transformações, com sua pequena estrutura em torno das edificações religiosas. No século XVIII a prosperidade econômica e social resultante da exportação do algodão vai propiciar a ascensão da aristocracia rural agro-exportadora de algodão e as mudanças na organização urbana⁷.

O crescimento econômico que deu impulso à estruturação das vilas e cidades do Maranhão foi decorrente da criação da Companhia Grão-Pará Maranhão, em 1755, pelo Marques de Pombal. Com esse crescimento estrutura-se uma sociedade rural que tinha nas fazendas o seu suporte de produção e o lugar de moradia durante a safra. No entanto, nos períodos de baixa produção os senhores transferiam suas atividades para a Villa, sede temporal da aristocracia rural agro-exportadora onde aconteciam as atividades ligadas ao lazer, às artes (teatro) e às festas religiosas.

Tal prosperidade também promove mudanças na Villa do século XVII, se até então estava restrita aos conjuntos religiosos passa a se expandir em ruas e quadras conformando um traçado regular. Tais transformações propiciam o surgimento de uma arquitetura civil imponente de sobrados e moradas.

Os relatos e descrições dos memorialistas desse momento; assim como nos mapas históricos de 1755 (ver Fig. 3 em anexo) e 1779 (ver Fig. 4 em anexo) confirmam a transformação da aldeia indígena e religiosa em vila estruturada segundo eixos de crescimento.

A primeira descrição da Villa no século XVIII está nos “Anais históricos do Maranhão”, de Berredo⁸, dando conta dos fatos ocorridos desde o ano em que foi visitado pela primeira vez até 1718. Nos Anais é encontrada a descrição da geografia da capitania, os rios, as principais vilas e cidades. Ao se referir a Villa de Santo Antônio D'Alcântara ressalta sua importância para as Capitanias do Maranhão e do Grão-Pará, afirma que sua população é numerosa chegando a 300 habitantes, comparando com a da cidade de São Luís com menos de mil vizinhos e a da Belém com mais de 500 vizinhos. Nota a existência de um porto, registrando o intenso comércio com São Luís e outras povoações da baixada maranhense.

Outro relato é o do padre jesuíta José de Moraes⁹ do colégio do Pará. Esse Padre em viagem ao Maranhão, no ano de 1759, descreveu a vila, referindo-se ao nome da antiga aldeia indígena, a sua incorporação à Coroa portuguesa, a ascensão econômica e social da Villa e a relação de interdependência com São Luís. Mas, principalmente, estão descritas as edificações da Villa: os edifícios religiosos e a fortificação recentemente erguida.

Nos documentos do Conselho Ultramarino de Lisboa, datado de 1774¹⁰, consta à descrição de edificações da Villa, como as igrejas, conventos e outras edificações sendo citada pela primeira vez a organização urbana, inclusive o número de ruas existentes.

⁷ Segundo Caio Prado Júnior (1987; p. 79-93), o apogeu da Colônia no período entre 1770 e 1808, é decorrente do renascimento da agricultura especialmente pelo cultivo do algodão, cacau, cravo, café e arroz para exportação promovendo uma grande movimentação de mercadorias e aumentando o volume do tráfico africano para reforçar a mão-de-obra na lavoura.

⁸ Esta obra foi oferecida a Sua Majestade D. João V e aprovada pelo Tribunal do Santo Ofício em 1746. Série documentos maranhenses. Anais históricos do Estado do Maranhão. Por Bernardo Pereira de Berredo Governador da Província do Maranhão (1726-1729). São Luís: Alumar, 1988.

⁹ Moraes, Padre José de. História da Companhia de Jesus, na extinta província do Maranhão e Pará 1759. Editorial Alhambra. IBM Brasil, Rio de Janeiro, 1987.

¹⁰ Acervo do IHGB - Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro - RJ, documentos do Conselho Ultramarino de Lisboa (v. 12, tomo II, p.119) e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, setor de livros raros, BN 36.22.1.

“Têm 11 ruas principais e muito bons edifícios com dois conventos de religiosos do Carmo e das Mercês e tem hu’ colégio dos jesuítas extintos. Têm quatro capelas, duas de N. Sra do Desterro e Santa Quitéria dentro e nos subúrbios outras duas N. Sra do Livramento e Nazareth e a Matriz ao apóstolo São Mathias que he o padroeiro”.

Como a aristocracia rural agro-exportadora dividia-se entre suas fazendas e a Villa, foi estabelecido um caráter sazonal entre dois mundos o primeiro o da produção e o segundo a da sociabilidade, conforme relato de Antônio Bernardino Pereira do Lago intitulado *“Itinerário da Província do Maranhão”*.

“(…) Tem belos edifícios e talvez dos que se chamem nobres 60, mas só em parte do inverno são habitados, por que as famílias todas residem quase sempre nas fazendas. Há dois conventos Carmo e outro Mercês, e uma freguesia de São Mathias, duas praças, a da Matriz e a do Carmo e onze ruas: a sua população de verão anda por 2.500 almas e de inverno por 8.000”¹¹.

A composição urbanística de Alcântara no século XVIII

A Villa de Santo Antônio de Alcântara foi implantada sobre um promontório, elevada do nível do mar, cujos limites externos são os igarapés (do Jacaré e do Puca), a Baía de São Marcos, o mangue, as encostas e os apicuns. O local escolhido beneficiava o acesso das embarcações que transitavam entre a Capital de São Luís, a Villa e a Colônia.

Observa-se especial destaque a implantação privilegiada do sítio e à ventilação do mesmo por tratar-se de área elevada á beira-mar, assim como o registro dos edifícios públicos (casa de câmara) e dos edifícios das ordens religiosas (jesuítas, carmelitas e mercedários) formando os conjuntos urbanos¹².

O da Praça da Matriz de Alcântara constitui um “locus” especial, uma síntese histórica da ocupação do território (ver Fig. 5 em anexo). Estudos arqueológicos feitos na década de 80 indicam que esse local foi ocupado por índios da aldeia de Tapuitapera. E foi também o coração da Villa portuguesa de Santo Antônio de Alcântara com a implantação das edificações mais significativas: a Matriz, o Pelourinho, a Câmara, o Porto e a Praça.

A Igreja Matriz, dedicada a São Mathias, em homenagem a Mathias de Albuquerque. Foi erguida em 1648 e sua história esta ligada à Freguesia da aldeia Tapuitapera. Sua fachada é assimétrica com uma torre sineira e junto ao Pelourinho e a Casa de Câmara e Cadeia formavam os símbolos da presença portuguesa na Villa.

O Pelourinho foi implantado em 1648, como local de castigos corporais e torturas públicas representava a autoridade da câmara. A peça é uma esbelta coluna de pedra de cantaria de base simples que possui na parte superior um entalhe em relevo em forma de Coroa com um brasão armoriado português (hoje inexistente) e abaixo dele um prisma invertido como base do capitel. A coluna é ainda decorada por com frisos que a circundam em relevo, no molde das colunas clássicas.

A Casa de Câmara e Cadeia foi edificada inicialmente com caráter provisório, em taipa e, apenas em 1759, o Governador Gonçalo Pereira Lobato concedeu ao Senado da Câmara uma légua de terra para construção definitiva da Casa de Câmara e Cadeia. A edificação retangular

¹¹ Acervo do IHGB - Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro - RJ, documentos do Conselho Ultramarino de Lisboa (vol. 12, tomo II, p.119) e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, setor de livros raros, BN 36.22.1.¹¹

¹² Os conjuntos urbanos barroco, segundo Reis Filho (1998), quando tomados isoladamente são apenas um exemplar da tipologia arquitetônica e pouco representam; mas, articulados adquirem grande expressividade morfológica e monumental. A expressão barroca resulta na força do conjunto.

de dois pavimentos com fachada simétrica é composta de portada central e vãos de janelas nas laterais com gradis de ferro. Apresenta pátio interno com esquadrias de madeira rotuladas. É um exemplar característico da arquitetura luso-brasileira no Maranhão.

Há controvérsias quanto à localização exata do porto original. Na cartografia do século XVIII há indicações de dois locais prováveis. O primeiro é a do mapa de 1755. Observa-se que nesse mapa não há uma referência ou numeração especial para o porto como havia para as igrejas. Supõe-se ser a área junto aos igarapés ou o situado na lateral direita da Casa de Câmara e Cadeia a do Porto da Laje¹³.

O segundo local provável está indicado na “*Demonstração da Villa e Porto de Tapuitapera*”, de 1789, onde se vê o desenho de uma rampa ou de uma ladeira que vence a diferença de altura entre a Praça da Matriz e o nível do mar, chegando a um lajeiro de pedra branca onde poderiam aportar embarcações. Essa rampa, indicada com calçamento, está situada na lateral esquerda da Casa de Câmara em posição oposta àquela identificada no mapa de 1755, contudo, na mesma região identificada como Laje ou Praia dos Barcos. Nesse local hoje há vestígios de uma ladeira ou rampa; não há vestígios claros do porto no local. A substituição desse porto no final século XVIII, pelo atual, denominado de “Cais do Jacaré”, situado ao lado do Igarapé do Jacaré em local de melhor acessibilidade desativou completamente o porto antigo, apagando-lhe os vestígios encobertos pelo mangue e pelas marés.

A Praça era quadrada, medindo em torno de 70m x 70 metros quadrados; situada de costas para o mar, no caso, a Baía de São Marcos. O quadrado da praça irradiava quatro ruas da cidade: Rua Grande (a principal que se completa na Rua Direita), Rua de Baixo, Rua das Mercês e o Beco Escuro, que continha a fachada posterior da Matriz.

A implantação existente pode ser comparada com aquela descrita por Omegna¹⁴, quando explica a importância das praças nas cidades de colonização portuguesa. Ele afirma que a cidade não se resumia às edificações isoladas, mais ao espaço de ajuntamento civil, a “Pólis”, para vida política e religiosa.

As cartas régias, autorizando a fundação das vilas, definiam modos de construir e edificar não só na metrópole como nas colônias. As instruções das Ordenações Filipinas constituem regras de marcação de ruas e praças constituindo-se num código de posturas municipais.

O Conjunto urbano do Carmo está situado em terreno destacado, alto, à beira-mar de modo que as torres da igreja podem ser identificadas pelas embarcações ao nível do mar. O largo possui formato retangular, recortado por quatro ruas que o ladeiam, é formado por igreja, convento com pátio frontal e no seu entorno situam-se: em frente, as ruínas do Palácio do Barão de Pindaré; na lateral da Rua Grande, o sobrado dos padres; atrás, as edificações térreas da Rua do Sossego e na outra lateral ruínas vestígios da quadra existente no século XVIII, hoje desarticulada. A arquitetura da igreja é singela, de fachada simétrica branca e planta cruciforme; apresenta alpendre lateral. A maior riqueza da igreja está no seu interior, em seu retábulo. O convento apresenta planta quadrada com claustro e pátio interno. Em frente da igreja há um pátio frontal delimitado por muro baixo com implantação de cruz central.

O Conjunto urbano das Mercês está situado em terreno destacado, alto, visível da encosta e do mar, em área triangulada onde estavam implantados a igreja e convento dos mercedários. Não há registros da arquitetura da igreja e do convento.

O traçado da Villa de Alcântara pode ser analisado em dois mapas do século XVIII. O primeiro é “*A planta da vila de Alcântara*” de 1755¹⁵. Neste não há referência ao cartógrafo que a elaborou, é

¹³ Essa opção foi considerada por Pedro Alcântara; no seu estudo o acesso ao porto seria feito através de uma ladeira partindo da Rua da Amargura.

¹⁴ OMEGNA, Nelson, 1903. A cidade colonial. Ebrasa, 1971. In Capítulo 1, Fisionomia da cidade colonial

¹⁵ REIS Filho, 2000, pág. 144.

um detalhe de um Manuscrito original, em tons amarelados. O outro é um fragmento de um plano da barra do Maranhão que contem a “*Demonstração da Villa D’Alcantra*” em 1789¹⁶.

No mapa de 1755 observa-se à identificação das igrejas e conventos, através do símbolo da cruz pintada de vermelho inserido dentro de um retângulo. Há uma numeração original detalhada que indica as seguintes os elementos urbanísticos: “*Praça da Villa*” (21), atual Praça da Matriz; “*Freguesia da Villa*” (22), a igreja da Matriz de São Mathias; “*Convento de N.SRA das Mercês*” (23), com o largo, onde atualmente existe uma capela em referência a igreja e ao convento da ordem dos mercedários, destruídos; “*Convento de N. Sra do Carmo*” (24); “*Igreja de Santa Quitéria*” (25), hoje em ruínas; “*Colégio dos Jesuítas*” (26), onde também foi implantada a fortaleza de São Sebastião, em ruínas; “*Ilha do Livramento*” (27).

O traçado demonstra regularidade, embora não possuísse o rigor dos traçados em damero projetados pelos engenheiros militares, mas apresentava as seguintes características: composição de quadras de mesma proporção (situadas entre a Rua Grande e Rua Direita), paralelismo das ruas principais (Grande, de Baixo e Bela Vista) organizando os antigos caminhos em torno dos principais monumentos e perfeita orientação da Rua Direita no eixo norte-sul.

Observa-se um grande cuidado em mostrar as quadras edificadas em lados opostos, sem edificações nas laterais, onde a fachada do imóvel esta situada na rua principal e os fundos para a rua secundária. A ocupação frontal e posterior determinam grandes áreas livres internas. As quadras principais são aquelas que estão entre a Matriz e o Carmo, onde se reconhece o núcleo irradiador do traçado. Este traçado é facilmente identificado na atualidade, principalmente a partir da leitura dos espaços dos monumentos e das ruas.

Com relação à forma, tomando o eixo norte sul como parâmetro (rua direita) verifica-se a forma em J com a base reta, embora hoje seja percebido, também por meio de cartografia, que a forma real apresenta uma inclinação do J para baixo, relativo às Ruas Grande e da Bela Vista, representando uma pequena distorção do traçado com relação à topografia existente.

O mapa de 1789 apresenta o registro dos volumes e fachadas das edificações religiosas e civis sem configuração do traçado ou arruamento. A identificação das edificações, é possível através da localização no sítio dos edifícios religiosos. Como o plano traz referências aos igarapés e ao acesso da Villa identifica-se na lateral esquerda o Convento das Mercês, seguido de um pequeno Passo e de uma edificação menor, que é a Igreja do Desterro; depois a Igreja da Matriz, Casa de Câmara e Cadeia apresentando ao lado uma rampa de acesso ao porto da laje seguida de outra edificação com tipologia térrea de morada e a Igreja e Convento do Carmo, acompanhada de dois pequenos passos religiosos. Embora o mapa não apresente o traçado, constando apenas as elevações e fachadas, ele representa corretamente a posição de cada elemento no espaço, revelando a força dos conjuntos religiosos e civis como elementos marcantes da configuração da Villa.

A informação que estes dois mapas fornecem para a compreensão da composição urbanística do século XVIII é fundamental, Se no século XVII é identificado o local da aldeia indígena e religiosa como conjuntos isolados e pontuais, no XVIII, é verificada uma ordenação intencional do traçado, consolidando os caminhos, que antes eram apenas articulação entre os três conjuntos religiosos, além das ruas e quadras, formando uma estrutura urbana.

Recentemente o arquiteto Pedro Alcântara¹⁷ elaborou um estudo sobre a formação urbana de Alcântara. Esse estudo consta da identificação da evolução urbana e de propostas de

¹⁶ Plano da Barra do Maranhão desde o surgidouro em que costumam dar fundo os navios que vão para o dito porto para esperar o (...) Mor até a Ilha do Livramento e a última ponta de terra que se descobre da parte da área “por Ant^o José Reis Chaves no anno de 1789, nanquim, Mapoteca do Itamaraty (RJ), N^o 182 do catalogo de documentos”.

recuperação das edificações e da configuração urbanística, estando afirmado que a formação de Alcântara era espontânea decorrente dos condicionantes geográficos. Ou seja, ele descreve a formação da cidade como um caso de cidade sem planejamento; assim como não faz referência à importância da arquitetura religiosa como elemento fundamental na consolidação da Villa.

No entanto, com o mapa de 1755, apenas conhecido em 2001, e, portanto desconhecido do arquiteto, no qual é verificado um traçado com regularidade, colocando em questão a hipótese de cidade espontânea. Abre-se, assim uma nova perspectiva para a compreensão da formação de Alcântara: a existência de dois momentos. O primeiro, de caráter espontâneo ligado à implantação da arquitetura religiosa e o segundo planejado por meio de um traçado regular e geométrico, conformando ruas e quadras.

Considerando-se que as ruas principais correspondem aos caminhos entre os conjuntos urbanos e suas principais edificações, cujos nomes eram os atribuídos às ruas das cidades coloniais (Direita, Sol, Grande, de Baixo, etc), pode-se relacionar as ruas existentes na área delimitada pelo mapa de 1755 partindo-se da esquerda para a direita do Convento das Mercês: das Mercês (interligando a Igreja e o Convento das Mercês à Praça da Matriz); Pequena (perpendicular a das Mercês, onde se localiza a fonte das pedras); de Baixo (interliga a Praça da Matriz à Rua Direita); Grande (interliga a Praça da Matriz à Igreja e convento do Carmo); Direita (dá acesso à Fonte da Mirititua); da Bela Vista (paralela à Rua Grande, atual Rua da Amargura); do Sossego (interliga o Convento ao antigo Colégio de Jesuítas); Beco da Bandeira (atrás da Casa de Câmara e Cadeia); Beco Escuro (atrás da Igreja da Matriz) e o Beco da Boa Vista (acesso à Rua da Bela Vista).

Ainda pelo mapa de 1755 pode-se identificar as quadras edificadas em lado opostos, sem edificações nas laterais, com ocupação frontal e posterior determinando grandes áreas livres internas. As quadras principais são aquelas que estão entre a Matriz e o Carmo, onde se reconhece o núcleo irradiador do traçado. Esta é uma característica peculiar que ainda hoje é presente em Alcântara nas quadras principais. Enquanto o lote urbano ocupa toda a profundidade da quadra, apresentando uma forma mais alongada, de acordo com Leite Filho (1999), denunciando as profundas ligações de seus moradores com o universo rural.

A Fonte das Pedras, localizada na Rua Pequena (apenas a rua está indicada no mapa de 1755, a Fonte não). É um raro exemplar da arquitetura utilitária construída no século XVIII, embora de pequenas proporções. Tem características parietais, ou seja, apresenta uma única parede estrutural larga com abertura retangular e bica centralizada com frontão triangular de formas arredondadas, encimado por uma pedra redonda do tipo cabeça de negro. Nas laterais apresenta estrutura de suporte mais baixa, formando um espaço de acesso à bica. Foi construída com pedra preta e apresenta pintura branca em cal marinha. Esta implantada em uma rampa íngreme de pedra em seu frontão apresenta a data de 1715.

A Fonte de Mirititua, esta localizada no prolongamento da Rua Direita, eixo da direção norte da cidade, no atual Bairro da Caravela. Teria sido construída antes de 1747 e fundada pelo donatário da Capitania Antonio Coelho de Carvalho. Esta implantada em terreno íngreme, protegida por um paredão de pedra retangular encimado por frontão triangular e ladeado por cunhais com corucheus decorativos em forma de prismas triangulados. Possui duas aberturas retangulares uma no frontão e outra na parede principal por onde são captados os olhos d'água. Tem aparência singela toda branca pintada de tinta a base de cal marinha.

¹⁷ Suas pesquisas foram motivadas pela necessidade prática de resolver problemas na cidade quando atuou como arquiteto do patrimônio entre os anos de 1959-1965 e resultaram no plano de recuperação de Alcântara de 1963 (publicado na revista *acrópole* n° 384 de abril de 1971) e no estudo em croquis evolução urbana em diferentes períodos, contidos em seus trabalhos mimeografados de pesquisa sobre a cidade.

A comparação com a cidade de Mariana

A hipótese da formação urbanística de Alcântara ter dois momentos, um caracterizado pela ocupação espontânea e um segundo conformando um traçado regular, também foi confirmada para a cidade de Mariana em Minas Gerais. No artigo “Do arraial à cidade” de Claudia Damasceno Fonseca está apresentado, com base na cartografia histórica, o estudo da evolução, destacando a transformação do arraial religioso na vila de mineração.

Diferente da implantação da Vila de Alcântara, próxima ao mar (litorânea) a implantação da povoação inicial de Mariana foi interiorizada, próxima às margens do Rio, função da atividade mineradora.

A arquitetura religiosa marca o traçado da cidade, respectiva a vila da ordem Carmelita, como o primeiro núcleo de ocupação do arraial ainda no século XVI. Seguida das igrejas de São Gonçalo e Conceição assim como a Casa de Câmara e Pelourinho no início do século XVIII. Na metade do século XVIII observa-se a presença da Igreja das Mercês, Santa Casa e Igreja de Santana. Quando o traçado se consolida no final do século XVIII, observam-se vários núcleos religiosos.

Foram identificados os nomes das seguintes ruas: Nova, Direita, da Sé, da Olaria, do Rosário, de S. Gonçalo; Travessa de S I.exe; assim como das pontes de S. Gonçalo, do Muçui, de Sta. Anna e dos ribeirões do Carmo e do Mata Cavalos.

Observa-se ainda a coincidência das Ordens Carmelitas, Franciscana, Jesuíta e Mercedária, existentes em Alcântara e Mariana, comprovando a presença religiosa como marco da ocupação.

No mesmo conjunto urbano está o Carmo e São Francisco, duas ordens terceiras. Observa-se o edifício religioso como articulador do traçado e a arquitetura civil em torno do Largo e a implantação do Pelourinho. Essa praça, com relação ao eixo norte sul, possui a mesma implantação que a Praça da Matriz de Alcântara, pois os quatro cantos da praça estão voltados para os quatro pontos cardeais, essa ocorrência é observada em outras praças como a de Salvador. Além desse tem-se o da Sé, como praça principal e sede do poder religioso e administrativo, o das Mercês, de menor significado, envolvido pelo traçado da rua, ao lado do Chafariz e o do Rosário, mais afastado, na outra margem do rio.

O traçado de Mariana obedece ao projeto do engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim. Nele observa-se a regularidade das quadras e a praça como eixo de irradiação das ruas. Há uma característica comum com Alcântara, a praça religiosa do Carmo reúne a sede oficial com Casa de Câmara e cadeia e Pelourinho, assim como a praça da Matriz de Alcântara reúne essas funções administrativas e religiosas.

Quadro comparativo entre as cidades de Mariana e Alcântara no século XVIII

	Mariana	Alcântara
Fundação	1696	1648
Origem	Religiosa	Religiosa
Economia	Mineração (ouro)	Agricultura (algodão)
Sítio	Interior / rio	Litoral/mar
Presença religiosa	Marcante	Marcante
Traçado	Projetado	Estruturado

A comparação entre os mapas apresentados por Fonseca indica que apenas a partir de 1745, após a passagem do engenheiro Alpoim, o traçado do Arraial de Baixo está consolidado, conformando quadras retangulares e a geometrização da cidade. Os conjuntos urbanos originais estão envolvidos pelo traçado evidenciando a configuração espontânea e a geométrica. A configuração urbanística da cidade é o resultado das duas experiências. A primeira vila implantada à margem do rio possuía uma forma mais irregular e a cidade definitiva do outro lado, construída de acordo com um traçado regulador que valoriza os largos religiosos do Carmo, da Sé e interliga a nova urbanização através das pontes com as edificações da cidade que sofreu inundações.

O estudo da formação da cidade de Alcântara estabelece um diálogo entre o urbanismo e a história, por meio da caracterização dos diferentes momentos da configuração urbanística da cidade. O século XVI é marcado pela dúvida da existência da localidade transitória de Nazaré, com a existência de numerosas aldeias de índios tapuias, dentre elas “Tapuitapera” que exerceu importante papel na conquista do Maranhão nos primórdios da colonização. O século XVII é o momento da transição da aldeia para a vila religiosa portuguesa tendo como marco a criação da vila em 22 de dezembro de 1648, mudando seu nome indígena de Tapuitapera para a Villa de Santo Antônio de Alcântara, sede da Capitania de Cumã, instituindo-lhe a Câmara, o Pelourinho e a Igreja Matriz. Nesse momento a Villa organiza-se a partir dos três conjuntos urbanos: o da Matriz, o do Carmo e o das Mercês. No século XVIII a prosperidade econômica resultante da exportação do algodão vai consolidar uma sociedade emergente que transforma a Villa de Santo Antonio de Alcântara em sua sede. A vila religiosa restrita aos conjuntos originais se expande em ruas e quadras conformando um traçado regular. Tais transformações dão origem a uma arquitetura civil imponente de sobrados e moradas que formam conjuntos urbanos barrocos com expressão de monumentalidade. No contexto do barroco foi estabelecido a comparação com a cidade de Mariana, sendo possível identificar que as duas cidades passaram por processos similares no que diz respeito a suas origens espontâneas de arraiais religiosos no século XVII evoluindo no século XVIII para uma formação mais regular decorrente da expansão da cidade com a conformação de ruas e quadras em torno das edificações originais.

Algumas cidades brasileiras receberam em sua origem um plano prévio, dos engenheiros militares, para sua implantação como São Luis, no século XVII, foram cidades planejadas com base na traça regular. No entanto as vilas menores, como Alcântara, foram implantadas em torno da arquitetura religiosa, de forma espontânea, mas seguindo regras vigentes na colônia. No século XVIII, os três conjuntos religiosos consolidam os caminhos formando ruas e quadras demonstrando uma tendência à regularização do traçado envolvendo os monumentos originais. Neste momento considera-se a obediência a regras que definiam intervenções urbanísticas reguladoras.

A prospera vila de Santo Antonio de Alcântara, sofreu um processo de decadência e abandono no século XIX e ainda extremamente fragilizada sofreu outro processo externo no século XX quando metade do seu território foi desapropriada para implantação de uma base espacial. O caos urbano e a favelização estão apagando os vestígios da cidade, portanto consideramos que este estudo é uma contribuição ao entendimento dos desafios atuais.

Bibliografia

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial*. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- ABRANTES, Dunshe de. *O Cativo*. São Luis: Lithograf: Alumar, 1992. (documentos maranhenses).
- ADONIAS, Isa. *Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.
- ALCÂNTARA, Antônio Pedro Gomes de. *Plano de turismo de Alcântara: roteiro executivo para o Governo do Estado do Maranhão*. 1980. Mimeo.
- _____. *Alcântara na história*. [S. l.]: MEC, 1970. Mimeo.
- ALCÂNTARA, Antônio Pedro Gomes e Dora. *O plano de recuperação de Alcântara de 1963*. Revista Acrópole, nº 384, abril/ 1971.
- ALCÂNTARA, Dora. *Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão*. [S.l.]: Fontana/ Fundação Luiz La Saigne, 1980.
- ALGRANTI, Leila Mezan. “*Famílias e vida doméstica*”. In História da vida privada. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, v.I, p. 84-154, 1999.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Auxiliar Jurídico*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1869. Código Philipino ou ordenações do reino de Portugal, recopiladas por mandado de El rei D Phelipe I a primeira publicada no Brasil, por (advogado da corte).
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Usp, 1974.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.
- BETTENDORF, João Felipe. *Crônica da missão dos padres da companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1699)*. Rio de Janeiro, 1910.
- BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 2, 1999.
- BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais Históricos do Estado do Maranhão(1726-1729)*. Rio de Janeiro: Tipo editor, 1988.
- BOXER, Charles R. *A idade do ouro no Brasil: dores e crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000.
- _____. *Império marítimo português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70.
- BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Projeto Rondon. *Monumentos Históricos do Maranhão*. São Luis: SIOGE, 1979.
- CALDEIRA, José de Ribamar C. *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX*. São Luís: SIOGE/AML, 1991.
- CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA. *Pelouro da reabilitação urbana dos núcleos históricos*. Lisboa: 1993.
- CAMPELLO, Glauco de Oliveira. *O brilho da simplicidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2001.
- CARRAZONNI, Maria Elisa (coord.). *Guia dos Bens Tombados*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1987.

- CARVALHO, Jacinto de. *Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão*. São Luís: Alumar, 1995.
- CARVALHO, João Renor Ferreira de. *Momentos da história da Amazônia*. Imperatriz: Ática, 1998.
- CATÁLOGO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS AVULSOS REFERENTES À CAPITANIA DO MARANHÃO. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Mimeo, 2000.
- CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.
- COMISSÃO NACIONAL PARA COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Arquitetura militar na expansão portuguesa*. Porto: Infante, 1994.
- CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Do cosmógrafo ao satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Texto Celso Castro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo/ Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras/ Secretaria Municipal da Cultura/ Fapesp, 1992.
- CUNHA, Gaudêncio. *Maranhão 1908*. Rio de Janeiro: Spala Editora/ Andrade Gutierrez, 1987.
- CORREIA, José Eduardo. "Urbanismo da época Barroca em Portugal". In COMISSÃO NACIONAL PARA COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Universo urbanístico português: 1415-1822*. Lisboa. 1998.
- D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão: 1623*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Usp, 1975.
- D'EVREUX, Yves. *Viagem ao norte do Brasil*. São Luis 1874.
- DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil Colonial*. Brasília: Editora Alva Ciord. 1997
- FONSECA, Claudia Damasceno. "Agentes e contextos das intervenções urbanísticas das Minas Gerais do século XVIII". In *Revista Oceanos*. Lisboa: Comissão nacional dos descobrimentos portugueses/ Gráfica Maiadouro. n.º 41, Jan.–mar. /2000.
- FAUSTO, Carlos. "Fragmentos de história da cultura Tupinambás". In *Historia do Índio no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Tupinambás*. São Paulo, Difel. 1989.
- GULLAR, Ferreira. *Cidades inventadas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- HERKENHOFF, Paulo (Org.). *O Brasil e os holandeses: 1630-1645*. Rio de Janeiro: GMT Editores Ltda., 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- HOONAERT, Eduardo (Coord.). *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: T. 2, Vozes, 1977.
- JORNADA DO MARANHÃO POR ORDEM DE S. MAJESTADE FEITA NO ANO DE 1614. Rio de Janeiro: Alhambra; Alumar, 1984.
- LARA, Silvia Hunold (Org.). *Ordenações Filipinas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v
- LEFÈVRE, Renée; COSTA FILHO, Odylo. *Maranhão: São Luís e Alcântara*. São Paulo: Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- LEITE Filho, Deusdedit Carneiro. "Os Sistemas urbanísticos de Alcântara e São Luis do Maranhão". In ARAÚJO, Renato; CARITA, Helder; ROSSA, Walter (coords.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português (1415 – 1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.
- LIMA, Carlos. *Vida paixão e morte de Alcântara*. São Luís: SECMA. 1998.

- _____. *Festa do divino espírito santo em Alcântara*. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória. 1988.
- LIVRO GROSSO DO MARANHÃO, In *Anais da Biblioteca Nacional*, nº 66. Rio de Janeiro.
- LISBOA, Frei Cristóvão de. *História dos animais e árvores do Maranhão 1631*. Rio de Janeiro: Alhambra/ Alumar, 1984.
- LOPES, Antônio. *Alcântara: subsídios para a história da cidade*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Iphan, 1957.
- LOPES, Raimundo. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro: Fonfon e Seleta, 1970.
- _____. *Alcântara: uma cidade tradicional*. São Luis: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.
- LOPEZ, Adriana. *Franceses e tupinambás na terra do Brasil*. São Paulo: Senac, 2001.
- MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão*. 3º ed. Rio de Janeiro: Fonfom e Seleta, 1970.
- MEIRELES, Mário.M. *João de Barros: primeiro donatário do Maranhão*. São Luis: Alumar, 1996.
- MORAES, Padre José de. *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará, 1759*. Rio de Janeiro: IBM/ Editorial Alhambra.1987.
- MOREIRA, Rafael (dir.). *Portugal no Mundo: História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Publicações alfa.
- MOTA, Antonia da Silva; MANTOVANI, Jose Dervil. *São Luis do Maranhão no século XVIII: a construção do espaço urbano sob a lei das sesmarias*. São Luis: Func, 1998.
- MOTA, Antonia da Silva. *Cripto maranhense e seu legado*. São Paulo: Siciliano, 2001.
- NOVAIS, Fernando (Coord.). *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. [S.I.]: EBRASA/MEC, 1971.
- PESSOA, José. "Em tudo semelhante em nada parecido". In *Revista Oceanos*. Lisboa: Gráfica Maiadouro, n.º 42, p. 70-84, 2000.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil, 1503-1505*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950*. Recife: Editora da UFPE, 2001.
- _____. *Postulações; configurações e representações urbanas: tempos do Recife*. Recife: UFPE/ programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. Mimeo, 2001.
- PONTUAL, Virgínia; MILLETI, Vera. *Olinda: Memória e esquecimento*. Recife: UFPE/ programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. Mimeo, 2001.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 35º ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PIANZOLA, Maurice. *Os papagaios amarelos: Os franceses na conquista do Brasil*. São Luís: Secretaria de Cultura do Maranhão/ Alhambra, 1992.
- PACHECO, Felipe Condurú. *História eclesiástica do Maranhão*. São Luís: Departamento da Cultura do Estado do Maranhão, 1968.
- REIS Filho, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.
- _____. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500/1720*. São Paulo: Editora Pioneira, 1968.

- _____. *Evolução urbana do Brasil: 1500/1720*. São Paulo: Pini Editora, 2000.
- 1.1. _____. *Imagens das vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Usp/ Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp, 2000.
- RODRIGUES, José Washt. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. 4ª ed. Belo horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Usp, 1979.
- ROSSA, Walter. *A cidade portuguesa: da estética barroca ao fim do classicismo*. (mimeo).
- SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Coimbra: Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1968.
- SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- _____. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: Fundação Rosemar Pimentel, 1977.
- _____. *Contribuição ao Estudo da Arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1968.
- SILVA NIGRA, Clemente Maria da. “Francisco Frias de Mesquita, engenheiro-mor do Brasil”. In *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Sphan n.º 9, p. 9-63, 1945.
- SILVA, Beatriz Nizza da. *História da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Colibri, 1999.
- _____. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. São Paulo: Verbo, 1994.
- SILVA Filho, Olavo Pereira da. *Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão*. [S.l.]: Fontana. Efecê, 1986.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000
- VIVEIROS, Jerônimo de. *Alcântara no seu passado econômico, social e político*.- 3ªed.-São Luís: Alumar, 1999.
- _____. *História do comércio no Maranhão: 1612/1895*. São Luís: Lithograf, v. I. Reedição fac-similar promovida Associação Comercial do Maranhão, 1992.
- WRIGHT, Robin. “História indígena do nordeste da Amazônia”. In *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das letras, 1992.

Anexos



FIG. 1. FRAGMENTO DO MAPA – BRASILIA – AUTORIA DE ARNOLD F. VAN LANGERE DE 1595.
FONTE: PEDRO DE ALCÂNTARA, MIMÉO.



FIG. 2. PROVÍNCIA DO MARANHÃO, 1631, POR JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ. É A 33ª CARTA CONTIDA NO PORTUGALIA MUNIMENTA CARTOGRÁFICA E O NÚMERO 176, DO DA MAPOTECA DO ITAMATY – RJ.
FONTE: ADONIAS (1999).



FIG. 3. PLANTA DA VILA DE ALCÂNTARA, 1755, AUTORIA NÃO IDENTIFICADA, É UM DETALHE DE UM MANUSCRITO ORIGINAL EM TONS AMARELO EXISTENTE NA TORRE DO TOMBO DE LISBOA.
FONTE: REIS FILHO (2000).

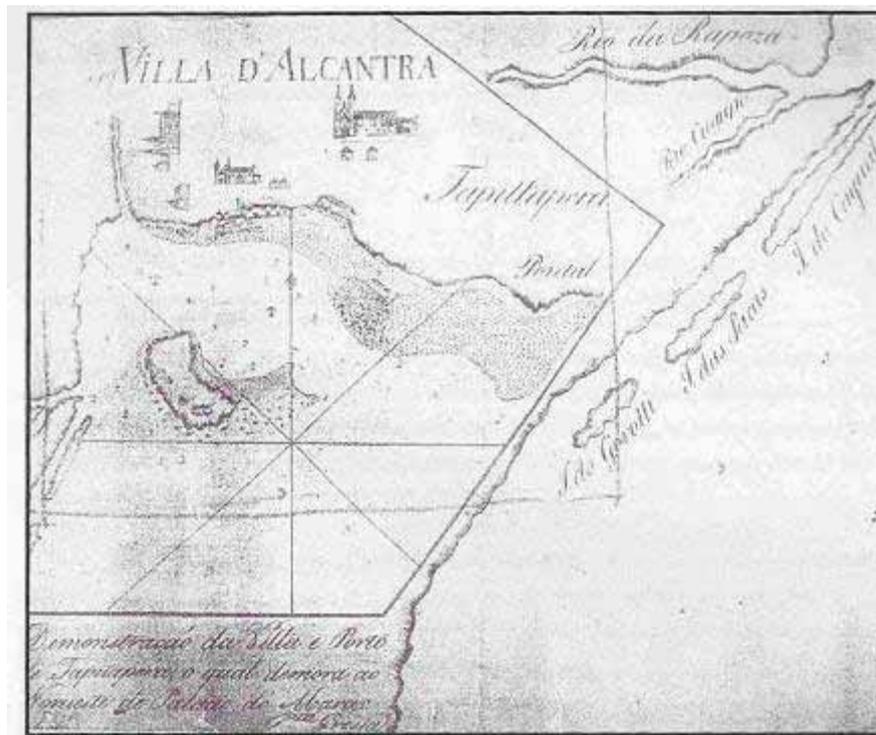


FIG. 4. DEMONSTRAÇÃO DA VILA E PORTO DE TAPUITAPERA, 1779.
FONTE: REIS FILHO (2000)



FIG. 5. VISTA AÉREA DA PRAÇA DA MATRIZ
FONTE: SILVA (1998)